

“Vai ser ontem”: processos para registrar os olhares das crianças de uma ocupação urbana sobre questões emergentes da própria realidade

“It will be yesterday”: processes to record the views of children from an urban occupation on issues emerging from their own reality

FROSSARD, Gabriela; Mestre; Universidade do Estado de Minas Gerais
gabicfrossard@gmail.com

Este artigo trata da discussão, compreensão e apresentação de caminhos possíveis para a atuação e inserção do Design em uma ocupação urbana levando em consideração perspectivas das crianças sobre questões emergentes da própria realidade. A pesquisa de caráter qualitativo buscou ferramentas e técnicas para auxiliar nos processos de “captura” da essência do ponto de vista das crianças. A pesquisadora utilizou o caderno de bordo, observação participante, coleta de desenhos e fotografias. Realizar a pesquisa sobre crianças e com crianças de uma ocupação urbana possibilitou mapear problemas e questões do contexto que estão inseridas. Foram identificadas categorias de análise que permitiram vislumbrar possibilidades de ação de Design no território. À medida que os horizontes de atuação do Design saem da lógica do mercado e abarcam outras questões sociais, se faz necessário construir alternativas para que as soluções sejam adequadas e efetivas.

Palavras-chave: Design social; Ocupações urbanas; Crianças.

This article deals with the discussion, understanding and presentation of possible paths for the performance and insertion of Design in an urban occupation, taking into account children's perspectives on issues emerging from their own reality. The qualitative research sought tools and techniques to assist in the processes of “capturing” the essence from the children's point of view. The researcher used the logbook, participant observation, collection of drawings and photographs. Conducting research on children and with children of an urban occupation made it possible to map problems and issues of the context that are inserted. Categories of analysis were identified that allowed for a glimpse of possibilities for design action in the territory. As Design's horizons of action leave the logic of the market and encompass other social issues, it is necessary to build alternatives so that the solutions are adequate and effective.

Keywords: Social Design; Urban Occupations; Children.

1 Introdução

“Vai ser ontem” é o título e, também, uma frase dita por uma criança durante a realização da pesquisa que embasa este artigo, o material apresentado aqui é parte de uma Dissertação¹ já finalizada. A intenção de partir de uma “frase infantil” é trazer a discussão sobre olhares de um grupo historicamente marginalizado, não só das pesquisas acadêmicas, mas socialmente. No Brasil, as crianças só passaram a fazer parte das políticas públicas como sujeitos de direitos nos anos 1990, com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A falta de inclusão das crianças, sobretudo em situação de pobreza, nas dinâmicas sociais são refletidas na falta de material para construção de uma pesquisa dedicada a crianças de ocupações urbanas, sendo escasso e insuficiente. A bibliografia conduz e evidencia dados sobre crianças em situação de pobreza e vulneráveis, este é o caminho proposto neste artigo para elucidar um contexto fidedigno ao vivenciado por crianças nas ocupações urbanas.

O objetivo do processo e, também, do resultado apresentado foi trabalhar de forma a permitir, dentro do possível, que houvesse autonomia na forma como as crianças apresentam seus olhares sobre a realidade que vivenciam. A pesquisa tem caráter qualitativo e caracteriza-se pela revisão bibliográfica dos temas (1) Design Social, (2) Cidades e pobreza no Brasil e (3) Crianças e infâncias. Além disso, foram utilizadas na pesquisa de campo: observação participante, fotografias (feitas, na maioria, pelas próprias crianças), desenhos e caderno de bordo, para registro dos acontecimentos à medida que aconteciam.

O trabalho foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade do Estado de Minas Gerais (CAAE: 01435918.1.0000.5525). Tendo assim, seguido durante a elaboração os termos da Resolução 466/12 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde aos quais estão sujeitos os projetos. Foi apresentada aos responsáveis a possibilidade de consentimento por papel, áudio ou filmagem. Assim, buscou-se atender ao artigo 2º, tópico XXII da Resolução 510/2016 que sugere adaptar a forma de registro ou concessão às características “individuais, sociais, linguísticas, econômicas e culturais do participante da pesquisa e em razão das abordagens metodológicas aplicadas” (BRASIL, 2016, s/p). Apesar da autorização de participação e do uso de imagem das crianças (por seus responsáveis), no presente artigo foi optado pela ocultação e manipulação das imagens para resguardar o anonimato dos participantes.

É necessário mergulhar e atravessar os conceitos de um Design que ao olhar para as questões sociais, se lança em resultados desconhecidos. Passar pela caracterização das Ocupações Urbanas e a busca por direito não só à moradia, mas à cidade. E por fim, contextualizar as crianças “perdidas” entre a infância e as estatísticas. Com esse pano de fundo, é apresentado parte dos resultados obtidos na Dissertação¹ e que representam os olhares das crianças de uma ocupação urbana sobre questões emergentes da própria realidade.

2 Design Social: O projeto do desconhecido

“Design Para um Mundo Complexo” é o título do livro de Rafael Cardoso (2016) pelo qual iniciaremos a discussão deste tópico. A obra foi escrita em meio a uma forte onda de criação de cursos superiores no Brasil. Entre eles, cursos de Design. Fala-se em Design como um conhecimento jovem, ainda em construção. Formam-se profissionais marcados pela linha tênue entre ensino tecnicista e ensino pensante, reflexo do momento histórico de discussão da definição do próprio Design. Paralelo a esse recorte há um mundo de discursos,

¹ Dissertação intitulada: Crianças nas ocupações urbanas: perspectivas projetáveis de Design para o mundo real, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Design da Universidade do Estado de Minas Gerais em 2019. Orientado pela Profª Drª Marcelina das Graças de Almeida.

informações e tecnologia que mudam tudo, ou quase tudo, no mundo à volta. Incluindo as pessoas.

Pessoas estas que são o “ponto central” do fazer e pensar Design. É necessário então, ampliar os horizontes dos projetos, permitindo que o pensamento transpasse a materialidade (ou imaterialidade), o desejo, a necessidade e as novas relações das pessoas com seus mundos. O Design é (ou ao menos, pode ser) intermediário entre sujeitos, objetos e suas relações. Quando o designer projeta um determinado objeto e uma pessoa reconhece como uma cadeira, ela se permite sentar. Ao considerar essa dinâmica, poderia o designer projetar novos modelos de sociedade?

A sociedade e o Design estão conectados em um sistema retroalimentado, em que o Design lança respostas à sociedade e a sociedade lança respostas ao Design. Além de respostas, lança ao mesmo tempo perguntas, demandas, desejos, problemas, entre uma infinidade de variáveis dessa relação complexa (CARDOSO, 2016). Da complexidade Design-Sociedade surge um questionamento: ao repensar o processo do projeto, o designer metaprojeta ou interpreta? Afinal, o ciclo inicia na consciência do designer sobre o próprio trabalho ou na reação da sociedade diante do trabalho do designer?

Os resultados de Design são dinâmicos, à medida que estão sujeitos à significação, interpretação e contextualização do mundo que se inserem. Valores culturais e simbólicos sustentam-se e são sustentados pelos objetos. Questões como status e grupo social são definidas, entre outros fatores, pela caracterização de produtos e serviços considerados “próprios” desse ou daquele conjunto de pessoas (CARDOSO, 2016).

A complexidade parte de uma premissa simples, porém inquietante quando se trata do espírito do designer de “solucionar problemas”: há questões não-solucionáveis por um projeto de Design (CARDOSO, 2016). Reconhecer que um problema é um sistema cheio de variáveis é o ponto de partida para entender que a velha ideia de solução, agora é necessária ser vista como plural. Plural no sentido das mãos que realizam os processos, plural de conhecimentos nos diferentes meios sociais, plural no sentido de abrangente e plural no sentido literal de soluções.

A reflexão sobre as cidades contemporâneas e sobre o papel do Design toca na questão da neutralidade da ciência. Hoje, a tecnologia e a ciência respondem às demandas do capital, não representando melhoras efetivas para as pessoas. A criação feita com propriedade é arte, o Design consiste na elaboração de criações para o outro. A inovação consiste em ação e deve contemplar pessoas e suas reais necessidades. As cidades são habitadas por centenas de milhares de indivíduos que lidam com uma série de problemas resultantes pela sua marginalização geográfica, econômica e simbólica.

Margolin e Manzini (2017) escreveram no início de 2017 uma carta aberta intitulada: “Carta Aberta para a Comunidade de Design: Levante pela Democracia”. A carta foi um apelo ao comprometimento dos designers com a democracia, direitos humanos, liberdade e desenvolvimento pessoal dos indivíduos. A mensagem era um convite a mobilização dos profissionais pela garantia de valores sociais fundamentais. Destaca-se a convergência do Design e da democracia em quatro pontos:

- (1) Design da democracia – melhorar os processos democráticos e as instituições sobre as quais se constrói a democracia;
- (2) Design para democracia – permitir que mais pessoas participem no processo democrático, especialmente através da utilização da tecnologia;
- (3) Design na democracia – construir o acesso, a abertura e a transparência nas instituições de forma a garantir igualdade e justiça;

(4) Design como democracia – a prática do Design participativo para que diversos atores possam moldar nossos mundos presentes e futuros de maneira justa e inclusiva. (MARGOLIN; MANZINI, 2017, s/p)

A relação entre Design e democracia leva a discussão de que é necessário estabelecer redes e conectar novas possibilidades para democracia. Trata da aceitação do cenário complexo e do estímulo por um Design alinhado “aos desafios cruciais de hoje: criação de emprego, reforma do bem-estar, sustentabilidade ambiental” (MARGOLIN; MANZINI, 2017, s/p). Quando se trata de temas globais o Design já está alinhado às questões de consumo e mercado, é válido considerar que há espaço para se alinhar ao desenvolvimento de soluções sociais também, como os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), por exemplo.

A Organização das Nações Unidas (ONU) definiu em 2015 os ODS que visam uma parceria colaborativa entre países para a implementação dos 17 objetivos elaborados. O documento firma o compromisso com o trabalho para atingir as metas até 2030. Os ODS são um tratado de dimensão global. Poderiam os designers estar alinhados à erradicação da pobreza (ODS 1)? A redução das desigualdades (ODS 10)? Ou, ainda a cidades e comunidades sustentáveis? A elaboração desta pesquisa foi pautada na crença de que é possível.

Jabobi (1999) afirma que o desenvolvimento sustentável exige a criação de novas relações sociais, o que redefine o próprio processo de civilização. É necessário que o Design reconfigure um cenário social. Moura e Firkowski (2009) afirmam que Design “significa ter e desenvolver um plano, um projeto, significa Designar. É trabalhar com a intenção, com o cenário futuro, executando a concepção e o planejamento daquilo que virá a existir” (MOURA; FIRKOWSKI, 2009, p. 118).

Os processos abertos e não-lineares do Design têm interessado à sociedade que busca fortalecer as comunidades criativas: pequenos grupos de colaboração em rede que visam melhorias urbanas dentro de contextos locais (FEDERIZZI, 2014). Cabe aos designers projetar para sociedade, observando e interpretando de maneira mais participativa e centrada no usuário. As soluções de Design são, ainda hoje, distantes para a maior parte da população, estima-se que apenas 10% das pessoas tenham acesso ao Design, ou melhor, estão à margem do sistema capitalista (ZORZAL et. al, 2016). É preciso modificar as lentes e adaptar o Design para os outros 90% da população, que inversamente proporcional a falta de projetos por designer, têm abundância de problemas abertos a soluções de Design. Afinal:

Campo é o que não falta. Se existe um país carente de sistemas de organização coletiva, de clareza na difusão de informações, de planejamento estratégico da produção, de soluções criativas para problemas aparentemente insuperáveis - enfim, de projeto - este país é o Brasil. (CARDOSO, 2016 p. 223)

O ensino e prática de Design “para o agora” precisa, assim como dito por Papanek, considerar o mundo real. Ou seria mais adequado falar em mundos reais? Há uma diversidade enorme de pensamentos, construções, culturas e vidas dentro de um bairro, cidade, Estado e país. E este é o campo de trabalho do Design. É preciso uma formação e prática de Design que contemple habilidades como ouvir, solucionar conflitos, construção de repertório, prática da empatia e comportamentos que contribuam na identificação, relação e projeção de um Design mais humano, real e complexo.

3 Direito à Cidade: O contexto das ocupações urbanas

A vida de quem mora nas ocupações é triste e doída, mas a luta por moradia também é uma luta bonita, porque acabamos formando família. Aprendemos a cuidar do outro, a nos preocuparmos com o outro. [...] A luta por moradia não se resume à moradia, é uma luta por todos os direitos, por uma sociedade boa para se viver, em que tenhamos nossos direitos e nossos espaços respeitados (CRISTIANE, 2018, p.140-141).

Com um trecho² de autoria de Charlene Cristiane, moradora da Ocupação Rosa Leão – local do estudo de caso para realização da escrita da dissertação, se inicia a discussão sobre as ocupações urbanas e o direito à cidade. O direito à cidade é o direito individual ou grupal de acesso à recursos, mas mais que isso é o direito a modificação da cidade, incorporando ao cotidiano seus desejos. É o direito coletivo das pessoas sobre os processos da urbanização (HARVEY, 2014). A cidade é definida pela ação e comportamento humano, entretanto a intervenção estatal de um poder aliado aos e interesses imobiliários e do capital agem como uma força figurativamente contrária aos interesses propriamente sociais.

Lefebvre e Fortuna (2001) intitulam o direito à cidade como direito à vida urbana, que tange o direito de mudar e decidir sobre a cidade que se quer. Frente ao cenário das metrópoles e do modelo hegemônico neoliberal em vigor, os movimentos sociais de resistência marcam ações práticas e a construção de políticas pautadas no direito à moradia e à cidade (MARICATO, 2013). Nascimento (2016) evidencia sete principais causas do agravamento da crise urbana: a intensificação das periferias das cidades; a vinculação do capital imobiliário ao financeiro; a imobilidade política diante da reforma urbana; a imposição da propriedade privada em condomínios; a ineficiência do poder judiciário; a associação do Estado ao capital e, por fim, discursos estrategicamente construídos para que não sejam propositivos.

A sociedade atual se estrutura pela disputa por espaço urbano, principalmente moradia, além disso, há a relação entre o desejo da cidade que se quer viver e a cidade que é construída no dia-a-dia. A formação das cidades no Brasil vem de um perfil latino-americano de desenvolvimento subordinado à países colonizadores, da implementação tardia do capitalismo e do empobrecimento de grande parte da população (MARX; COSTA, 2016). As cidades surgem em negação aos direitos sociais básicos, como habitação e salários suficientes para arcar com moradia digna. A autoconstrução de moradias é determinada por baixos salários e pelo mercado restrito e excludente (MARICATO, 2014). Marx e Costa (2016, p. 180) ressaltam que é “no território que aparecem as contradições da vida cotidiana e é nele que estão inscritas as possíveis superações destas contradições”, a cidade hoje se configura por construções desenfreadas e homogêneas que desconsideram fatores de identidade, memória e afetividade das pessoas para com o local que habitam. Na prática, é negado à população, sobretudo de baixa renda, o direito a escolha de onde e como querem estar, impossibilitando a construção coletiva de uma nova realidade.

Tratar a questão da moradia embasada apenas no déficit habitacional é reduzir o problema. Segundo a cartilha: *É possível fazer valer nosso direito à moradia* (2016), “morar” é diferente de “ter casa”. Quando o Estado assume a postura de “solucionar” o problema em parceria com grandes construtoras o foco é o mercado imobiliário e não o direito à moradia aos mais pobres. Visando reverter o quadro social da ilegalidade, a Constituição Federal Brasileira de

² CRISTIANE, Charlene. Se morar é um direito, ocupar é um dever. In: PISEAGRAMA (org.). Urbe urge. Belo Horizonte: Rona Editora, 2018. 133-172 p. ISBN 978-85-67173-05-4. No Livro Urbe Urge (2018), o capítulo ‘Se morar é um direito, ocupar é um dever’ tem partes escritas por Charlene Cristiane, Guilherme Boulos, Silke Kapp, Leonardo Pércles e Isabella Gonçalves.

1988 definiu moradia como direito em seu artigo 6º³. Estabeleceu ainda, no artigo 5º o direito à propriedade e o cumprimento da função social da propriedade, o que na prática significaria vetar imóveis vazios. Há também na Constituição (1988) um capítulo voltado à urbanização; instaurando a regularização fundiária, o direito social da propriedade e a política de habitação social, das quais houve diversas regulamentações subsequentes.

Holz e Monteiro (1999) afirmam que o crescimento acelerado das áreas ilegais no Brasil se deu, principalmente, nas décadas de 1970 e 1980 com o colapso do crédito habitacional e a extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH) em 1986. O inchaço do espaço urbano em condições precárias e ocupando áreas periféricas rendeu ao Brasil nos anos 1980 a colocação de terceiro pior país do mundo em distribuição de renda. Pela primeira vez, mais da metade do planeta, 54% em 2014, vive em cidades. A Organização das Nações Unidas – ONU estima que até 2050 mais 2,5 bilhões de habitantes passarão a ocupar zonas urbanas (BALBIM, 2016). Há uma controvérsia no que diz respeito ao número de habitações nas cidades e o déficit por moradias. No Brasil, assim como em outros países, há mais unidades habitacionais que pessoas sem casa, evidenciando questões desreguladas do mercado imobiliário. A ONU estimou em 2012 que 1/3 da população que vive em cidades esteja em favelas, no Brasil são mais de 10 milhões de pessoas em favelas.

A moradia é simbolicamente representação da conquista de dignidade e oportunidade, também condição primária para força de trabalho da classe trabalhadora, sem casa a vida digna parece nula ou muito limitada (MARX; COSTA, 2016). As ocupações urbanas são uma estratégia política de acesso à terra, fazendo uso de terras ociosas ou subutilizadas dentro do município. As famílias de baixa renda aliadas aos movimentos sociais lutam pelo direito à moradia, resistindo ao despejo, criminalização e desapropriação do Estado, reivindicam políticas sociais inclusivas (SORAGGI; ARAGÃO, 2016).

Nos países latino-americanos a moradia é compulsória e marcada pela necessidade, a ocupação urbana é, então, reflexo dos processos históricos, políticos, sociais e econômicos que retroalimentam o ciclo de pobreza. Os baixos salários impedem os moradores da periferia de participarem da “cidade legal”, as ocupações urbanas e a autoconstrução garantem, apesar das inseguranças, o abrigo (MARX; COSTA, 2016). As ocupações urbanas quando surgem são consideradas ilegais frente às premissas jurídicas, que entendem que o direito de propriedade é o mais consolidado direito patrimonial. Enquanto, frente ao Estatuto da Cidade são legitimadas, visto que ações de interesse social pela democratização do espaço urbano e efetivação da função social da propriedade são resguardadas. As ocupações urbanas se caracterizam pela identificação do rompimento do direito ao acesso à moradia na cidade, a partir dessa premissa reúne um grupo de pessoas que necessitam de acesso aos bens e serviços urbanos que lhes foram negados (NASCIMENTO, 2016).

4 Crianças: Entre o cotidiano e as estatísticas

A qualidade da infância a que está sujeita a criança depende diretamente da família, do lugar de moradia, dos vizinhos e do acesso a serviços. Ou seja, do direito da criança à cidade. As crianças, sobretudo as pobres, ficam vulneráveis em diversos níveis. Sierra e Mesquita (2006)

³ Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html. Acesso em: 28 mai. 2018.

elencaram oito fatores principais de vulnerabilidade das crianças e adolescentes: a violência doméstica; os riscos do lugar de moradia; a repressão policial; abusos institucionais; a fragilidade da saúde; o trabalho infantil; a prostituição infantil e os riscos próprios da personalidade individual.

O conceito de vulnerabilidade social é recente na América Latina. O termo é usado para dar conta do que vai além do bem-estar relacionado apenas à renda ou posse de bens materiais. Pode ser usado para definir condições individuais ou grupais. Fonseca et al. (2013, p. 260) relata que a identificação da condição de vulnerabilidade pode ser feita, por exemplo, levando em consideração “o acesso aos meios de comunicação, a escolarização, a disponibilidade de recursos materiais, a autonomia para influenciar decisões políticas e a possibilidade de enfrentar barreiras sociais e de estar livre de coerções violentas ou poder defender-se delas”.

A vulnerabilidade social é impactada diretamente “tanto nos espaços geográficos, segmentando territórios/classes, quanto na apropriação e identificação do indivíduo em sua inserção público/privada” (BOMTEMPO; CONCEIÇÃO, 2014, p. 494). As questões de exclusão social passaram a ser vistas sob uma nova perspectiva na sociedade moderna. Até então, a pobreza era entendida como uma inadequação individual à sociedade, a partir da década de 1970, a sociedade passou a ser questionada quanto à proteção e função aos seus membros.

Fonseca et al. (2013, p. 260) faz um apanhado de “políticas públicas de intervenção nos fatores de risco na infância e adolescência” no Brasil. A primeira medida efetiva do Estado de impacto positivo nacional foi em 1990, o ECA, tratado no capítulo anterior. Em decorrência do ECA, foram criadas medidas de apoio para efetivação da lei, como os Conselhos Tutelares, por exemplo, órgãos autônomos e públicos que funcionam no âmbito municipal para proteção dos direitos da criança e adolescente.

Outro programa mencionado pela autora (2013) é o “Bolsa Família”. Apesar de o programa não ser direcionado para crianças e adolescentes, mas para população vulnerável, o vínculo do benefício às exigências como vacinação em dia, pré-natal adequado e frequência escolar contribuiu significativamente para melhoria das condições de vida da população próxima ou abaixo da linha da pobreza no Brasil. E, por último, Fonseca et al. (2013) apresenta o Programa Saúde na Escola, uma parceria entre Ministérios da Saúde e Educação para a atenção integral das crianças e adolescentes do ensino público básico. As ações atuam no âmbito da prevenção, promoção e atenção ao público. Ainda há muito que ser feito na dimensão de políticas públicas, porém é necessário reconhecer que há programas vigentes que impactam a realidade das crianças pobres no Brasil.

O Brasil tem mais de cinco milhões de crianças na extrema pobreza e dezoito milhões na pobreza. Segundo o IBGE (2017), crianças e jovens são os mais afetados pela pobreza no Brasil. É considerada situação de extrema pobreza quem dispõe de menos de, aproximadamente, R \$140 por mês. Enquanto a linha de pobreza corresponde a cerca de R \$406 por mês (SILVEIRA; GERBELLI, 2018). Apesar da piora no comparativo com os anos anteriores, programas sociais como o “Bolsa Escola” e “Bolsa Família” impactaram positivamente na realidade das crianças beneficiárias. Principalmente, a questão da matrícula escolar estar vinculada ao recebimento dos benefícios. Isso contribuiu para que a criança continue na escola ao invés de entrar no mercado de trabalho, garantindo, ainda que precariamente, o acesso aos direitos básicos constitucionais da criança.

O Fundo das Nações Unidas pela Infância - Unicef (2018) elaborou um documento intitulado “Pobreza na infância e na adolescência”, nele estima-se que 60% das crianças e jovens brasileiros são pobres. O estudo considerou a pobreza como multidimensional, levando em consideração fatores além da pobreza monetária. As categorias assemelham-se aos critérios

para avaliação de vulnerabilidade social, consideram o acesso à: educação, informação, água, saneamento básico, moradia e proteção contra o trabalho infantil. Com isso, 61% das crianças e adolescentes têm uma ou mais privações no Brasil. O estudo concluiu ainda que exista um grupo de cerca de quatorze mil crianças e adolescentes que não têm acesso a nenhum dos seis critérios estabelecidos, estando à margem de quaisquer políticas públicas.

Sobre o tópico moradia, 11% dos brasileiros menores de dezoito anos vivem em casas com quatro ou mais pessoas onde paredes e tetos são de material inadequado. 6,8% vivem com teto de madeira e 4,2% em casas com cinco ou mais pessoas e teto de palha. Sete em cada dez crianças e adolescentes que vivem privações em relação à moradia são negros (UNICEF, 2018).

As análises sobre vulnerabilidade na América Latina não podem ser descritas referindo-se, apenas, aos direitos individuais. É necessário compreender que as questões envolvem grupos e gerações imersos nas relações da sociedade como um todo. Como é o caso exemplificado por Castro e Abramovay (2002) da mortalidade juvenil de pobres por causas violentas. A violência é presença constante em muitos dos ambientes de populações de baixa renda, sendo disseminadas e naturalizadas em suas várias formas. Vale frisar três tipos de violência no contexto das periferias no Brasil: a violência da sociedade no geral, a violência doméstica e violência institucional. Consideradas brevemente abaixo.

Apesar de a violência ser configurada como uma mazela que impacta de forma geral a vida dos brasileiros, há pesquisas que apontam para um “retrato claro” das pessoas mais afetadas pela violência. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA – divulgou o Atlas da Violência (2017), nele é possível identificar três percentuais significativos sobre as mortes violentas no Brasil: a maioria das vítimas são homens (92%), negros (74,5%) e jovens (53% entre 15 e 29 anos). O estudo identificou ainda que as vítimas são compostas por pessoas pobres de baixa escolaridade.

Tratar de violência doméstica é um tema complexo, aqui à título de uma breve explicação, será utilizada a classificação de Minayo (2001). A autora explicita que a violência doméstica contra crianças e adolescentes se dá, principalmente, nas formas de violência: física, sexual, psicológica e, ainda, na forma de negligência. As exposições a violência doméstica afetam diretamente questões de autoestima e confiança, já que os agressores são as referências familiares e afetivas (CASTRO; ABRAMOVAY, 2002).

As crianças e jovens estão ainda sujeitos à violência institucional, materializada, sobretudo, na forma das polícias. Os jovens não reconhecem na polícia agentes da sua segurança, por vezes são relatados casos de maus-tratos e abusos de poder (BACELLAR, 2018). A violência policial é um gatilho para “sujeitos violentos, tornando os jovens, pela revolta, agentes de violência” (CASTRO; ABRAMOVAY, 2002, p.168). A vida na rua expõe as crianças e adolescentes a diversos fatores de risco, como o uso de drogas, prostituição e falta de acesso às condições básicas de sobrevivência. Há impactos negativos à saúde, além de riscos como a dependência química, doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), lesões, gravidez indesejada e até a morte, por condições individuais ou de violência (FONSECA et al., 2013).

A família constitui a principal instituição de proteção à criança. Entretanto, fatores como miséria, divisão de classes e ofertas de trabalho escassas têm propiciado “rupturas e vulnerabilidade de vínculos e afetos” (BOMTEMPO; CONCEIÇÃO, 2014, p. 495). As condições de vida precárias levam a criança a ficar sob seu próprio cuidado e serem dotadas de tarefas e funções que, por vezes, não são condizentes com suas idades.

A vulnerabilidade está diretamente ligada à ideia de frágil e dependente, associada à crianças e adolescentes de baixo nível socioeconômico (FONSECA et al., 2013). Castro e Abramovay

(2002) no estudo com adolescentes vulneráveis discutem conexões entre diversas temáticas da sociedade. Entre elas identificaram que a evasão escolar, por exemplo, está ligada à questão de desemprego, baixa autoestima e insegurança, que possivelmente estimula envolvimento com drogas e violência. As violências às quais as crianças estão sujeitas alertam para a necessidade de proteção. É preciso reconhecer a vulnerabilidade “considerar sua limitação, e, ao mesmo tempo, as condições de sua superação. Isso requer valorizar não apenas a qualidade dos relacionamentos, mas também dos espaços públicos que são atravessados pela infância” (SIERRA; MESQUITA, 2006, p.151).

O lazer em comunidades pobres, ou melhor, dizendo, a falta de lazer em comunidades pobres abre espaço para que o tráfico de drogas ocupe o espaço de atividades que deveriam ser realizadas pelo poder público. Em contrapartida, as áreas mais nobres da cidade têm acesso à cultura e arte, promovidas e estimuladas, muitas das vezes, pelo mesmo poder público que negligencia as periferias (CASTRO; ABRAMOVAY, 2002).

Nas periferias brasileiras há uma maioria de famílias monoparentais, marcadas pela figura feminina como referência. A figura paterna, masculina, muitas vezes é distante ou inexistente. Nesse contexto é comum que líderes da ilegalidade se tornem referencial para crianças e adolescentes. Ocorre, em alguns casos, de um traficante ser marcado no imaginário como o cuidador, quem zela pela comunidade. Além disso, o local de moradia por si só já representa um estigma de discriminação e exclusão nos ambientes e relações fora da comunidade. A periferia está associada à pobreza, criminalidade e violência. A “sociedade excludente classifica como “marginais” os pobres” (CASTRO; ABRAMOVAY, 2002, p. 158). A mídia e os meios de comunicação corroboram com a distorção da realidade, seja na reprodução de uma visão estigmatizada das pessoas de comunidades, seja na reprodução de realidades inalcançáveis por pessoas que vivem na pobreza.

À ciência, na forma de pesquisas, produção e divulgação de conhecimento, cabe a reflexão sobre os estigmas e preconceitos reverberados através da academia. Qual voz tem sido dada às crianças para contar sua própria história? Quais os desafios de sensibilidade e técnica estão sujeitos os pesquisadores? Como fazer pesquisas com e sobre crianças em contexto de vulnerabilidade social?

5 Captando o Olhar: Construção da ótica da pesquisa

Foi realizada uma pesquisa de campo em uma Ocupação Urbana na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, durante o período de agosto de 2018 a maio de 2019. Foram identificadas 19 categorias de análise definidas por vários métodos utilizados na pesquisa com as crianças: observação participante, caderno de bordo, desenho e fotografia. As categorias de análise foram resultado da análise dos dados do caderno de bordo, dos desenhos das crianças e das fotografias registradas pela pesquisadora (autora deste artigo) e pelas próprias crianças.

O caderno de bordo funcionou como um registro diário das visitas à ocupação. Nele contém descrições do entorno, do clima, registro de diálogos, cenas vivenciadas, cenas observadas, dentre outras anotações sobre o campo.

A análise do caderno de bordo foi feita em três etapas (MARTINS FILHO; BARBOSA, 2010): primeiro foi realizada a leitura minuciosa de todo o conteúdo do caderno; segundo, em outra folha, foram anotadas as percepções, interpretações e conexões; por último foram comparados os conteúdos do registro e da interpretação para análise final. O conteúdo do caderno foi subdividido em temas. E ao final a pesquisadora selecionou como categorias os temas que apareceram ao menos cinco vezes durante os registros. Assim, foram levantadas 19 categorias de análise.

Com o objetivo de mapear quantitativamente os dados foram organizados na Tabela 1 as categorias e os respectivos números de vezes em que foram referenciadas no caderno de bordo. A tabela está organizada por ordem decrescente de ocorrência.

Tabela 1 – Categorias de Análise

Categoria de Análise	Nº de Registros
Relação Criança-Criança	30
Brincadeiras	27
Relação Crianças-Pesquisadora	24
Moradia e Território	23
Atividades Coordenadas em Grupo	20
Sentimentos e Comportamento	18
Alimentação	15
Violência	15
Autoimagem	15
Habilidades	13
Pais, Responsáveis e Família	9
Relação Adultos-Pesquisadora	8
Noção Temporal e Datas Comemorativas	7
Desenvolvimento e Cognição	6
Lazer	6
Animais de Estimação	6
Religião	6
Saúde e Higiene	5
Escola	5

Formatierte Tabelle

Fonte: Elaborado pela autora, 2019..

Após a definição das categorias de análise a partir do caderno de bordo, foi realizada a análise das fotografias. A pesquisadora possuía no final da pesquisa um acervo com 857 imagens, entre registros próprios e registros feitos pelas próprias crianças.

Com objetivo de comunicação efetiva e adequação a unidade do trabalho, as imagens foram selecionadas dentro do acervo por sua adequação em ilustrar as categorias de análise. Segundo o mesmo princípio quantitativo da análise do caderno de bordo, eram necessárias no mínimo cinco imagens que formassem um painel e ilustrassem a categoria de análise.

Foram ilustradas com painéis de fotos as categorias: Relação Criança-Criança, Brincadeiras, Relação Criança-Pesquisadora, Sentimentos e Comportamentos, Atividades Coordenadas em Grupo, Alimentação, Autoimagem, Noção Temporal e Datas Comemorativas, Desenvolvimento e Cognição e Animais de Estimação. Ou seja, 10 das 19 categorias de análise.

Por fim, foram dois grupos de desenhos analisados: as representações feitas das famílias durante uma atividade coordenada e os desenhos e o mapa coletivo elaborados durante uma atividade sobre moradias. A análise e imagens dos desenhos feitos durante a atividade sobre as famílias estão relacionadas às categorias Autoimagem e Pais, Responsáveis e Família. Já a análise e imagens dos desenhos e mapa feitos durante a atividade sobre as moradias estão relacionadas à categoria Moradia e Território.

6 “Vai ser ontem”: Leitura do mundo pelo olhar das crianças da ocupação

Para construção do presente artigo, foram selecionadas duas categorias que permitem elucidar o processo realizado para cada uma das categorias de análise, são elas: Pais, Responsáveis e Família (1) e, também, Noção Temporal e Datas Comemorativas (2). Será apresentada uma análise da categoria, seguida de uma breve discussão e descrição das características, informações e insights que contribuem diretamente ou indiretamente para o processo projetual de uma possível atuação de Design.

6.1 Pais, Responsáveis e Família

Análise Categoria

A realidade do contexto social em que as crianças estão inseridas se difere muito do contexto normativo. Generalizando, trata-se de famílias com figuras femininas marcantes, de pais ausentes ou desconhecidos, em que o encarceramento faz parte das trajetórias familiares. As famílias são compostas por muitos membros. Os núcleos familiares muitas vezes são organizados por mães e avós, mães e tias, tias e avós, mães, mães e padrastos, etc.

Na atividade conduzida com as crianças com a temática família, houve dois momentos: foi contada uma história sobre as diferentes características de uma família e pedido que as crianças representassem o núcleo familiar que vivia com eles na própria casa. Durante a leitura da história (Figura 1) as crianças participavam concordando ou discordando das afirmações do livro e relatando questões do próprio contexto:

“- Minha família é grande” foi a frase que tomou conta diante da história que dizia que há famílias pequenas e grandes. Depois disso, tiveram dedinhos apontados uns para os outros quando falavam sobre famílias que se parecem muito (FROSSARD, 2019, s/p).

Figura 1- Atividade coordenada família leitura do livro



Fonte: Acervo Autora, 2019

Durante a atividade surgiram também relatos sobre encarceramento, assassinato e violência tratados na categoria “Violência” deste capítulo. O momento da atividade dedicada às representações feitas pelas crianças apresentou vários elementos que chamaram atenção da pesquisadora. Os bonecos de papel foram elaborados pelo grupo de voluntários e distribuídos para as crianças, com a ideia de que houvesse certa igualdade e facilitasse a representação.

A contagem de membros com os quais as crianças dividiam a casa demandou tempo e houve divergência do número entre irmãos. Quando identificada a divergência, um dos voluntários propunha que os irmãos ficassem juntos.

Dentre as representações feitas pelas crianças vale ressaltar alguns elementos. Algumas crianças representaram a família sem expressões, nem roupas (Figura 2):

Figura 2- Atividade família: desenho 1



Fonte: Acervo autora, 2019

Outras crianças representaram alguns membros da família com muitos detalhes, enquanto outros não tinham nenhum ou quase nenhum (Figura 3).

Figura 3- Atividade família: desenho 2



Fonte: Acervo autora, 2019

Algumas crianças priorizaram as roupas e cabelos ao invés das expressões (Figura 4):

Figura 4- Atividade família: desenho 3



Fonte: Acervo autora, 2019

Praticamente todas as crianças priorizaram se enxergar nas representações, dando maiores detalhes e destinando maior tempo a si mesmas. A questão é tratada com detalhes na categoria Autoimagem deste capítulo. No caso da Figura 5 até a roupa foi representada similar:

Figura 5- Atividade família: desenho 4



Fonte: Acervo autora, 2019

A atividade permitiu conhecer mais das famílias das crianças pelo olhar das próprias crianças. Muito do que foi comunicado verbalmente e visualmente sobre a família é presente em outros momentos do comportamento das crianças.

As atividades coordenadas por voluntários tiveram por vezes a presença de responsáveis pelas crianças, em alguns casos até participando ativamente das dinâmicas propostas.

As crianças parecem despreocupadas quanto ao local onde seus responsáveis estão. E, em alguns casos, a preocupação é verbalizada sobre o cuidado com os irmãos – função atribuída por um adulto a um irmão mais velho.

Em outras atividades, algumas crianças já se queixaram da falta de afeto das mães ou das broncas. E vez ou outra se queixavam de algum acontecimento pontual na família com os quais estavam chateados no dia. As queixas não eram duradouras ou contínuas.

Muitas figuras diferentes compõem os responsáveis e as famílias das crianças. Irmãos de pais diferentes, avós que criam os filhos de vários filhos que estão presos, tias que assumem o papel de mãe, entre outros vínculos afetivos que são suas famílias.

Discussão Categoria

Família: É uma união de várias pessoas que se acham familiares.
Mary Luz Arbeláez, 11 anos. (NARANJO, 2018, p.63)

A definição de família feita por Arbeláez, 11 anos (NARANJO, 2018, p.63) cabe harmoniosamente ao contexto das crianças da ocupação. Isso porque as famílias nas quais as crianças estão inseridas são formadas por estruturas muito diferentes entre si e das definições tradicionais.

A realidade está distante, por exemplo, do conceito de família proposto no Projeto de Lei nº 6.583/2013 (BRASIL, 2013, p.1):

Art. 2º Para os fins desta Lei, define-se entidade familiar como o núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes

As famílias são formadas por um grande número de membros. Em geral, as crianças têm dificuldade para referir-se a uma figura central de responsabilidade, principalmente, as que têm a mãe como figura ausente.

As famílias precisam ser consideradas nas dimensões de aprendizado e melhores condições de vida das crianças, afinal para que haja sustentabilidade nas soluções é preciso incluir os responsáveis. Assim, criar uma estrutura mínima que permita o diálogo e mudanças.

Grande parte das crianças faz parte de grupos estigmatizados: moradores de ocupações urbanas, negros, filhos de presidiários, família envolvida com o tráfico de drogas, entre outros. Os estigmas marcam em maior ou menor grau muito de suas vivências.

6.2 Noção Temporal e Datas Comemorativas

Análise Categoria

A noção temporal e as datas comemorativas são percebidas de maneira muito diferente em cada idade. Os mais novos, até seis anos de idade, têm dificuldade em localizar os eventos semanais, mensais e anuais. Os maiores de dez anos não apresentam dificuldade.

Já os da faixa de idade intermediária – seis aos dez anos de idade – confundem alguns termos e não tem clareza sobre eventos ou datas muito distantes do presente. Frequentemente as crianças dizem termos como (FROSSARD, 2019, s/p):

“- Vai ser ontem” (Criança A)

“- Até o outro do outro sábado!” (Criança T)

Um fato marcante para todas as faixas etárias é o aniversário. Ainda que não saibam dizer o dia com precisão, há uma empolgação e significado atribuído à data.

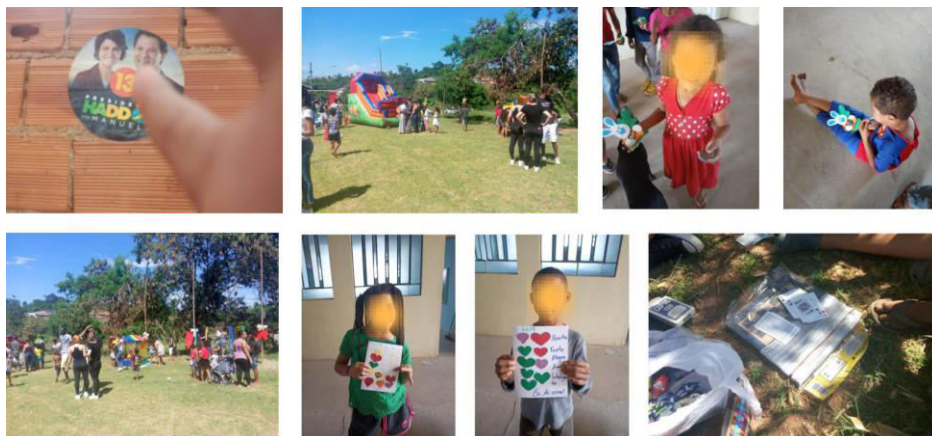
Todas as crianças questionadas pela pesquisadora disseram não terem tido “festa de aniversário”. Algumas falaram sobre ganhar brinquedos de presente e outras sobre algum passeio. A Criança X contou que ganhou da mãe um pão sonho de padaria e ficou muito feliz. Outra Criança Y disse que ganhou dez reais para comprar o que quisesse e comprou tudo em doces.

A pesquisadora esteve em campo durante acontecimentos como: Eleições presidenciais de 2018, Dia das Crianças, Aniversário do Rosa Leão, Regularização fundiária das ocupações Vitória e Esperança, Natal, Férias escolares, Carnaval, Páscoa e Dia das Mães.

Dos eventos citados, quatro foram manifestados pelas crianças de forma espontânea ou trabalhados em atividades direcionadas, são eles: Eleições presidenciais, Natal, Páscoa e Dia das Mães.

Abaixo, a Figura 6 apresenta um painel-síntese de fotos identificadas como ilustrativas da categoria Noção Temporal e Datas Comemorativas:

Figura 6- Categoria noção temporal e datas comemorativas



Fonte: Acervo autora, 2019

Os acontecimentos do ano perpassam a vida das crianças, a importância dada a cada data é a soma do que é trabalhado na escola, ensinado na família e vivenciado pela própria experiência da criança.

Discussão Categoria

Eternidade: É quando em uma casa todos os filhos se casam, que não põe música nem tem barulho. Essa casa parece uma eternidade. Blanca Yuli Henao, 10 anos. (NARANJO, 2018, p.59)

O corpo é o ponto de referência para o crescimento e desenvolvimento da criança em relação aos conceitos de espaço e tempo, a “exploração de movimentos e o aumento do seu repertório motor são fatores favoráveis ao desenvolvimento motor, cognitivo, social e afetivo” (MEDINA; ROSA; MARQUES, 2006, p.108).

Assim, é comum que as primeiras noções temporais se relacionem diretamente com marcos de tempo relacionados à própria criança: como o aniversário ou acontecimentos marcantes. A construção da história da criança se dá a partir dela mesma.

É válido para a integração na sociedade que a criança esteja a par dos acontecimentos relacionados às datas comemorativas. Sejam os acontecimentos históricos, celebrações religiosas ou manifestações culturais.

O entendimento dos elementos que compõem o calendário local contribui para a ampliação de repertório da criança. E, também, é estímulo para atividades escolares e integração aos eventos da sociedade.

7 Perspectivas de Design e Considerações Finais

Realizar a pesquisa com crianças em ocupações urbanas foi, em essência, aceitar a incompletude na descrição e compreensão das questões. O que não desqualifica a parte que foi compreendida, mas demonstra a consciência sobre as inúmeras questões e sistemas que

perpassam as crianças e seriam inviáveis de serem incluídas no processo. A percepção da pesquisadora sobre o grande número de crianças vivendo em situação de pobreza, a falta de espaços de lazer e, por vezes, de suporte emocional às crianças foi o embrião da discussão que resultou neste artigo. Com a percepção de que muitos dos ‘problemas’ identificados poderiam, na verdade, ser resultado de uma visão externa e distante da pesquisadora, a questão norteadora da pesquisa foi adaptada. Entendendo que era necessário entregar, na medida do possível, a voz e a perspectiva sobre a realidade para as próprias crianças.

A construção da Dissertação¹ que embasou este artigo foi um movimento intenso e contínuo entre referencial teórico, pesquisa de campo, análise de dados, referencial teórico, adaptação da pesquisa, pesquisa de campo e assim por diante. O olhar sobre a criança a partir da ótica do design – e como designer – marca limitações e interpretações que tiram dos resultados a “pureza” e “isenção” típicas dos laboratórios. Porém, compreende-se que pesquisas aplicadas e qualitativas centram suas abordagens em relações sociais dinâmicas.

Sob a perspectiva da história de crianças em situação de pobreza as questões eram ainda mais delicadas, já que há lacunas e invisibilidade no registro das histórias. As crianças nas ocupações urbanas estão sujeitas ao próprio corpo; a família; ao que o Estado distribui e também ao lhes nega acesso; e a cidade. Sujeitas também a questões humanas complexas como o preconceito e racismo. E, ainda, aos estigmas que vão de uma história Nacional pautada na desigualdade social, até as representações midiáticas e discursos sociais que colocam as crianças na invisibilidade ao mesmo passo que ‘criminalizam’ os jovens pobres e, sobretudo, negros.

Nesse contexto, a infância termina “mais cedo”. É comum que referência a meninos de 11 ou 12 anos seja feita com a expectativa de responsabilidade para com os irmãos mais novos ou de maturidade para assumir um trabalho que auxilie na renda da família. Há, ainda, relatos de ‘pais de família’ com dois ou três filhos aos 17 anos de idade (FROSSARD, 2019). Pesquisar e propor soluções é indissociável da compreensão holística do contexto. Afinal, como propor soluções às crianças sem relacionar os pais/responsáveis? Sem considerar a escola, a casa, os ambientes que frequenta? Como lidar com a condição de despejo iminente? Ou, ainda, como pensar no ‘contra fluxo’ do futuro ao qual muitas estão “fadadas”?

Para o campo, seja como designer ou pesquisador, é preciso humildade e certo desapego de questões rígidas e formais em detrimento da comunicação e bom relacionamento. Afinal, a ação que visa promover bem-estar ou qualidade de vida é mais importante que a definição de títulos ou qual categoria de ‘Design’ se aplica. A discussão acadêmica e a pesquisa pura, do conhecimento pelo conhecimento, são parte da academia e não só devem, como precisam ser feitas na academia. A ideia do designer como articulador de pessoas e sistemas, capaz de propor soluções viáveis, desejáveis e aplicáveis é, não só pertinente ao contexto social, mas as dinâmicas do mundo atual. É desejável que o designer entenda o potencial de ação e do próprio trabalho para se apropriar de saberes e ocupar o vasto mercado de trabalho/ ação no qual o Design não chega (ainda).

Há diversas possibilidades de atuação do Design nos contextos sociais. Ressalta-se após o levantamento e análise de dados realizados para essa pesquisa, três caminhos em potencial: (1) designer como participante na elaboração de políticas públicas, contribuindo para uma visão holística da comunidade; (2) designer como pesquisador e/ou acadêmico atuando junto à comunidades para identificar problemas-possibilidades-resultados, sendo possível e desejável prototipar/testar soluções; (3) designer cidadão atuando a partir do próprio alcance de atuação para movimentar soluções, encontros e recursos que se apoiam no terceiro setor

(as instituições que não fazem parte do Estado e nem do mercado). Sendo assim é compromisso social – quanto indivíduos e instituições – tratar de direcionar esforços intelectuais – teóricos e práticos – na busca incansável por mundos melhores para todas as pessoas. Mundos melhores por considerar que há uma infinidade de definição para ‘melhor’. Para quem passa fome, pode ser ter alimento. Para quem já visitou 12 países, pode ser visitar 24... E assim por diante. Consideremos no presente momento como consenso de melhor a superação da busca pelo mínimo.

É preciso que as pessoas sejam sempre alimentadas, tenham como referência seus lares, acessem à cidade com liberdade e estejam em um contexto de segurança. Não somente por fé, mas por necessidade urgente de melhorarmos quanto sociedade. Este trabalho é parte do esforço e investimento na construção de um Design humano e mais humanizado; periférico que atue nas “margens”; para crianças e com crianças; e, sobretudo, social na essência e prática.

8 Referências

BACELLAR, Scheylla. Pólis e Polícia: racismo e medo nosso de cada dia. In: PISEAGRAMA (org.). **Urbe urge**. Belo Horizonte: Rona Editora, 2018. 75-85 p. ISBN 978-85-67173-05-4.

BOMTEMPO, Edda; CONCEIÇÃO, Mirian Ribeiro. Infância e contextos de vulnerabilidade social- A atividade lúdica como recurso de intervenção nos cuidados em saúde. **Boletim-Academia Paulista de Psicologia**, v. 34, n. 87, p. 490-509, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília. Distrito Federal, 2016. Seção 1. 44-46 p. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html. Acesso em: 12 Set. 2022.

CARDOSO, Rafael. **Design para um mundo complexo**. São Paulo: Ubu Editora, 2016. 264 p. ISBN 978-85-92886-01-1.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. **Cadernos de pesquisa**, n. 116, p. 143-176, 2002.

CRISTIANE, Charlene. **Se morar é um direito, ocupar é um dever**. In: PISEAGRAMA (org.). **Urbe urge**. Belo Horizonte: Rona Editora, 2018. 133-172 p. ISBN 978-85-67173-05-4.

FEDERIZZI, Carla Link. COMUNIDADES CRIATIVAS PARA IMPULSIONAR A PARTICIPAÇÃO COLABORATIVA NA CIDADE. **Blucher Design Proceedings**, v. 1, n. 4, p. 2615-2626, 2014.

FONSECA, Franciele Fagundes; SENA, Ramony Kris R.; SANTOS, Rocky Lane A. dos; DIAS, Orlene Veloso; COSTA; Simone de Melo. As vulnerabilidades na infância e adolescência e as políticas públicas brasileiras de intervenção. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 31, n. 2, p. 258-264, 2013.

FROSSARD, Gabriela Corrêa. **Caderno de bordo – Pesquisa de campo na ocupação Rosa Leão**. Belo Horizonte, 2019. 45 p.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014. 296 p.

HOLZ, Sheila; MONTEIRO, Tatiana Villela de Andrade. Política de habitação social e o direito a moradia no Brasil. **Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales**, v. 2008, p. 26-30, 1999.

JACOBI, Pedro. Poder local, políticas sociais e sustentabilidade. **Saúde e sociedade**, v. 8, p. 31-48, 1999.

LEFEBVRE, Henri; FORTUNA, Carlos. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MARGOLIN, Victor; MANZINI, Ezio. **Open Letter to the Design Community**: Stand Up for Democracy. 2017. Disponível em: <http://www.desisnetwork.org/2017/04/11/open-letter/>. Acesso em: 01 Jul. 2019.

MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MARICATO, Ermínia. Formação e impasse do pensamento crítico sobre a cidade periférica. In: _____ **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 105-170.

MARTINS FILHO, Altino José; BARBOSA, Maria Carmem Silveira. Metodologias de pesquisas com crianças. **Reflexão e Ação**, v. 18, n. 2, p. 08-28, 2010.

MARX, Vanessa; COSTA, Marco Aurélio. **Participação, conflitos e intervenções urbanas**: contribuições à Habitat III. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; HARTZ, Zulmira Maria de Araújo; BUSS, Paulo Marchiori. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciência saúde coletiva**, v. 5, n. 1, 2000, p. 7-18.

MOURA, Rosa; FIRKOWSKI, OLC de. Metrôpoles e regiões metropolitanas: o que isso tem em comum. **Encontro Nacional da Anpur**, v. 9, p. 105-114, 2001.

NASCIMENTO, Denise Morado. As políticas habitacionais e as ocupações urbanas: dissenso na cidade. **Cadernos Metrôpole**, v. 18, n. 35, p. 145-164, 2016.

SIERRA, Vânia Morales; MESQUITA, Wania Amélia. Vulnerabilidades e fatores de risco na vida de crianças e adolescentes. **São Paulo em perspectiva**, v. 20, n. 1, p. 148-155, 2006.

SILVEIRA, Daniel; GERBELLI, Luiz Guilherme. Brasil tem 5,2 milhões de crianças na extrema pobreza e 18,2 milhões na pobreza. G1: Economia, 09 dez. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/12/09/brasil-tem-52-milhoes-de-criancas-na-extrema-pobreza-e-182-milhoes-na-pobreza.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2018.

SORAGGI, Ana Carolina Maria; ARAGÃO, Thêmis Amorim. O DIREITO À CIDADE E AS OCUPAÇÕES URBANAS. In: MARX, Vanessa; COSTA, Marco Aurélio (Org.) **Participação, conflitos e intervenções urbanas**: contribuições à Habitat III. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016.